

FORMANDO CIDADÃOS? DESAFIOS E POTENCIAIS DO MODELO DE ESCOLA INTEGRAL NA PARAÍBA

Maria Rayanne de Sousa Santos ¹
Ester Cristina Barbosa Nogueira²
Tatiana Fernandes Sant'ana³
Roberta Tibúrcio Barbosa⁴

RESUMO

O presente artigo reflete a respeito da realidade das Escolas Cidadãs Integrais no estado da Paraíba, por meio de pesquisa realizada em uma escola integral da cidade de Campina Grande, com ênfase nas percepções dos alunos e nas problemáticas enfrentadas no cotidiano escolar. Implantado inicialmente na Paraíba em 2016, o modelo das Escolas Cidadãs Integrais visa à formação integral dos jovens, articulando o desenvolvimento de competências acadêmicas, sociais e pessoais, tendo em vista um currículo ampliado e metodologias participativas. Embora represente uma iniciativa inovadora no cenário educacional paraibano, sua rápida expansão tem suscitado questionamentos sobre a qualidade da educação ofertada e as condições estruturais das unidades escolares. Para fundamentar a análise, este estudo apoia-se nos trabalhos relacionados à educação integral de Castro e Lopes (2011), Rodrigues, Chagas e Calabria (2023), entre outros. O objetivo geral consiste em analisar o funcionamento do modelo de ensino em tempo integral, com destaque para os desafios enfrentados, a relevância da proposta e as potencialidades oferecidas aos estudantes. A pesquisa foi realizada por licenciandas da Universidade Estadual da Paraíba, utilizando uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de entrevistas e questionários aplicados a alunos e professores da instituição. As perguntas permitiram aos participantes expressarem suas percepções e experiências referentes ao ensino integral. Por um lado, a investigação parte da constatação de que, embora a proposta de formação integral e cidadã represente um avanço no contexto educacional, ainda persistem desafios significativos relacionados à infraestrutura, à carga

¹ Graduanda do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UEPB/ Campus I, financiado pela CAPES, maria.rayanne.santos@aluno.uepb.edu.br;

² Graduanda do Curso de Letras - Língua Portuguesa da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) da UEPB/ Campus I, financiado pela CAPES, ester.nogueira@aluno.uepb.edu.br;

³ Doutora em Linguística/PROLIG pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Professora Efetiva da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB/FALLA, tatianasanta@servidor.uepb.edu.br

⁴ Doutora em Literatura e Interculturalidade - PPGLI/UEPB. Professora efetiva de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação da Paraíba (SEE/PB). Supervisora do PIBID-Letras Português/UEPB, robertatiburcio1@gmail.com.

horária e à efetividade das práticas pedagógicas. Por outro lado, os alunos também identificaram benefícios relevantes, como o acesso a atividades extracurriculares e o fortalecimento do vínculo com a escola. Nesse sentido, o estudo propõe uma discussão crítica sobre os impactos do modelo na experiência discente, contribuindo para o debate sobre seus avanços, limites e perspectivas.

Palavras-chave: Educação, Ensino Médio, Escolas Integrais, Paraíba.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a educação básica, especialmente no ensino médio, vem sofrendo modificações significativas. Com o passar do tempo, observa-se a crescente preocupação em avançar e alcançar novos objetivos, principalmente dentro do contexto escolar. Essas modificações envolvem a reestruturação curricular, a valorização do protagonismo estudantil e a busca por práticas pedagógicas mais integradoras e significativas, que contemplem o desenvolvimento integral do aluno. A educação pública no Brasil, embora apresente esforços constantes, ainda não atinge o nível de qualidade esperado, reflexo do pouco investimento destinado a essa área de responsabilidade social. Na Paraíba, as escolas públicas estaduais vêm passando por transformações significativas, entre elas a implantação do modelo das Escolas Cidadãs Integrais, que busca redefinir o papel da escola diante das demandas contemporâneas e oferecer alternativas que respondam às necessidades formativas da juventude.

Desde 2016, as Escolas Cidadãs Integrais têm se expandido no estado com a proposta de promover a formação ampla dos estudantes, articulando competências acadêmicas, sociais e pessoais. Para Castro e Lopes (2011), a educação integral não deve ser reduzida ao simples aumento da carga horária, mas compreendida como um processo que envolve a formação cidadã e a valorização das experiências sociais dos discentes. A iniciativa paraibana, nesse sentido, pretende alinhar-se a uma concepção de escola que ultrapassa a instrução formal, priorizando a integração de diferentes dimensões formativas e o fortalecimento do vínculo entre estudantes e comunidade escolar.

Apesar de sua relevância, a rápida expansão do modelo também tem suscitado questionamentos quanto às condições estruturais e pedagógicas que sustentam essa proposta. Rodrigues, Chagas e Calabria (2023) ressaltam que, embora o ensino em tempo integral represente um avanço no cenário educacional, ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, à carga horária extensa e à efetividade das práticas pedagógicas. Essas tensões

revelam a necessidade de compreender como a política vem sendo implementada no cotidiano das escolas e de que forma afeta diretamente a experiência discente

É nesse contexto que se insere a investigação realizada em uma Escola Cidadã Integral do município de Campina Grande, a qual buscou captar as percepções de alunos e professores acerca da proposta. A abordagem qualitativa, com aplicação de entrevistas e questionários, possibilitou identificar tanto fragilidades, como a sobrecarga de atividades e limitações materiais, quanto benefícios, como a ampliação do acesso a atividades extracurriculares e a criação de um ambiente escolar mais participativo. Ao dar voz aos sujeitos envolvidos, a análise pretende contribuir para a reflexão crítica sobre os avanços e os limites desse modelo educacional, destacando sua relevância para a consolidação de práticas mais democráticas e inclusivas na educação pública paraibana.

O INÍCIO DA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL NA PARAÍBA

A implantação das Escolas Cidadãs Integrais na Paraíba marcou uma mudança significativa na política educacional do estado, buscando redefinir o papel da escola pública diante das novas demandas formativas da sociedade.

Por meio de uma parceria público-privada entre a Secretaria de Estado da Educação da Ciência e Tecnologia da Paraíba (SEECT/PB) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), foram implantadas, no ano de 2016, no estado da Paraíba, as primeiras Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT), conforme o Decreto nº 36.408/2015 (Paraíba, 2015), publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 1º de dezembro de 2015. Inicialmente, apenas oito escolas aderiram à nova proposta pedagógica. No ano de 2021, já havia mais de 300 escolas, o que corresponde a quase metade das 654 escolas da rede estadual da Paraíba (JOÃO AZEVÊDO, 2019).

O modelo pedagógico adotado tem como referência a Escola da Escolha, criada em Pernambuco a partir das experiências do Ginásio Pernambucano e adaptada para a realidade paraibana pelo ICE. Essa metodologia, fundamentada no Programa de Educação em Tempo Integral, visa oferecer uma formação integral e humanizadora, que contemple tanto o desenvolvimento cognitivo quanto socioemocional dos estudantes (Calabria, 2023). Entre os objetivos previstos no Decreto nº 36.408/2015, destaca-se o de “formar cidadãos capazes, solidários, socialmente ativos e competentes” (Paraíba, 2015, p. 1), reforçando o compromisso com a cidadania e o protagonismo juvenil como pilares centrais do modelo.

Entre os objetivos previstos no decreto que regulamenta o programa, destaca-se o propósito de formar cidadãos ativos e conscientes de seu papel na sociedade. Essa diretriz reforça o compromisso da proposta com a formação cidadã e o protagonismo juvenil como eixos

estruturantes do ensino integral. A iniciativa do governo estadual, portanto, busca promover uma educação integral e transformadora, que ultrapasse os limites do ensino tradicional, formando sujeitos autônomos, críticos e engajados na sociedade. Contudo, a efetivação plena dessa proposta ainda enfrenta desafios práticos, uma vez que nem todas as ações planejadas são integralmente cumpridas no cotidiano escolar. Embora a intenção de promover uma educação de qualidade seja reconhecida, parte dos estudantes aponta dificuldades relacionadas à carga horária extensa, à infraestrutura e à execução de alguns projetos, o que evidencia a distância entre o planejamento político e a realidade vivida nas escolas. Ainda assim, a intervenção da Escola Cidadã Integral é amplamente percebida como positiva, por ampliar oportunidades e fortalecer o papel social da escola pública como agente de transformação.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi produzida com o objetivo de compreender o desenvolvimento que abrange as dimensões intelectual e formativa para a cidadania dos alunos que estudam no modelo de ensino integral em uma Escola Cidadã Integral Técnica, localizada na cidade de Campina Grande, na Paraíba. Os dados discutidos são provenientes de um estudo de caso qualitativo-interpretativista executado com sete alunos da segunda e terceira série do Ensino Médio, e dois docentes da mesma instituição, coletados por meio de entrevistas escritas e orais.

Os instrumentos de pesquisa utilizados na realização do estudo consistiram em questionários impressos e entrevistas gravadas, posteriormente transcritas, com o objetivo de registrar os posicionamentos e as percepções dos colaboradores. Em seguida, os dados coletados foram analisados e interpretados a partir da perspectiva narrativa adotada pelas pesquisadoras. No que se refere aos aspectos éticos, foram atribuídos pseudônimos aos participantes, a fim de preservar suas identidades e garantir o sigilo das informações fornecidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação básica brasileira, especialmente o ensino médio, tem passado por profundas transformações nas últimas décadas, impulsionadas por políticas públicas que buscam não apenas ampliar o acesso, mas também promover uma formação integral voltada para o desenvolvimento pleno do sujeito. Nesse contexto, observa-se a crescente valorização

de práticas pedagógicas que integram dimensões cognitivas, éticas, sociais e afetivas, rompendo com a lógica fragmentada que historicamente caracterizou o ensino tradicional. Como afirma Libâneo (2013, p. 25), “a escola contemporânea deve preocupar-se em formar cidadãos críticos, capazes de atuar de modo consciente e transformador na sociedade”, o que implica a necessidade de repensar o currículo, a gestão escolar e o papel do professor no processo educativo.

Entre as principais iniciativas de reconfiguração do ensino médio público no Brasil, destacam-se os modelos de tempo integral, fundamentados na concepção de educação integral. Essa proposta, conforme Gadotti (2009), deve ser compreendida como “uma educação que visa o ser humano em sua totalidade, unindo o aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser” (p. 42), e não apenas como a ampliação do tempo escolar. Trata-se, portanto, de um projeto de formação que busca articular saberes acadêmicos com experiências culturais, sociais e emocionais, possibilitando que o estudante se reconheça como sujeito ativo na construção de sua trajetória.

No estado da Paraíba, o modelo das Escolas Cidadãs Integrais (ECI) e Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECIT) constitui uma das experiências mais expressivas de implementação dessa concepção. De acordo com o Guia das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba (SEECT-PB, 2019), o programa tem como propósito “proporcionar aos estudantes uma formação integral e emancipatória, promovendo o protagonismo juvenil e fortalecendo o vínculo entre escola e comunidade”. Tal diretriz dialoga com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), que define o desenvolvimento integral do estudante como um dos fundamentos da educação básica, orientando-se pela formação de competências que englobam aspectos cognitivos, socioemocionais e éticos.

Autores como Castro e Lopes (2011) reforçam essa perspectiva ao argumentar que a educação integral “não deve ser reduzida ao aumento da carga horária, mas compreendida como um processo que articula formação cidadã, valorização das experiências sociais e fortalecimento das relações humanas no espaço escolar” (p. 48). Essa concepção amplia a função social da escola, transformando-a em um espaço de formação crítica, participação democrática e construção coletiva do conhecimento. Contudo, a efetivação desse modelo ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos significativos. Rodrigues, Chagas e Calabria (2023) observam que, apesar dos avanços proporcionados pela ampliação da jornada escolar, “persistem entraves relacionados à infraestrutura, à sobrecarga da rotina dos estudantes e à consolidação de práticas pedagógicas efetivamente integradoras” (p. 112).

Essas tensões revelam que a consolidação da educação integral requer mais do que a reorganização do tempo escolar: exige condições materiais adequadas, formação docente contínua e o fortalecimento das relações interpessoais no ambiente educativo. Como destaca Arroyo (2012, p. 37), “a educação integral se concretiza na medida em que a escola se torna espaço de vida, convivência e produção de sentidos”, o que pressupõe um compromisso ético e político com a humanização dos sujeitos.

A noção de protagonismo estudantil, presente nas diretrizes das ECI/ECIT e na BNCC, constitui elemento central para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade dos jovens na escola. Paulo Freire (1996) já defendia que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (p. 25), indicando que o papel do educador é mediar processos de aprendizagem que estimulem a reflexão crítica e o engajamento ativo dos estudantes. Nessa perspectiva, o protagonismo estudantil não se reduz à participação formal em atividades, mas configura-se como uma prática de emancipação, na qual os discentes reconhecem-se como sujeitos de direitos e de transformação social.

Assim, a política das Escolas Cidadãs Integrais, ao priorizar o protagonismo juvenil, reafirma a centralidade da experiência discente na construção do processo educativo, valorizando o diálogo, a cooperação e a corresponsabilidade. Como sustenta Arroyo (2012), a escola deve ser “um espaço de convivência, trabalho coletivo e produção de novas formas de ser e estar no mundo” (p. 38), promovendo uma educação que articule saber, sensibilidade e cidadania. Dessa forma, o modelo das ECI/ECIT na Paraíba representa um esforço concreto de alinhar a prática pedagógica a uma concepção ampliada de educação, que reconhece o estudante como agente ativo e crítico de sua própria formação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam uma relação dialética entre aspectos positivos e negativos no que se refere ao desenvolvimento dos estudantes, às novas metodologias de ensino e à sua efetividade no processo de aprendizagem.

De um lado, observa-se que a proposta de formação implementada representa um avanço significativo no contexto educacional, sobretudo por propor práticas pedagógicas inovadoras e voltadas à formação integral. No entanto, persistem desafios estruturais e organizacionais que limitam sua plena efetivação — entre eles, destacam-se questões

relacionadas à infraestrutura escolar, à amplitude da carga horária e à consistência das práticas pedagógicas adotadas.

Por outro lado, os discentes reconhecem benefícios relevantes advindos do modelo, especialmente no que concerne às atividades extracurriculares, à ampliação das oportunidades de participação e ao fortalecimento do vínculo com a instituição escolar, elementos que contribuem para o engajamento e o sentido de pertencimento dos alunos.

Dessa forma, o presente estudo propõe-se a desenvolver uma análise crítica acerca dos impactos desse modelo educacional na experiência discente, promovendo uma reflexão sobre seus avanços, limitações e possíveis desdobramentos no âmbito da educação básica pública.

1) ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ESTUDANTIL NA MODALIDADE DE TEMPO INTEGRAL

Há muitas opiniões acerca do modelo de ensino integral, elas são formadas pela experiência pessoal de cada indivíduo, por isso são divergentes em alguns aspectos. As percepções familiares, sociais e financeiras interferem na expressão de opinião sobre a modalidade em questão, dado fato de que alguns optam pelo modelo, pois passam um tempo menor em suas casas, e conseqüentemente, preferem as relações de amizade na escola. O fator financeiro também contribui significativamente, pois a escola integral fornece suporte e alimentação durante o período diurno.

A sobrecarga relatada pela maioria dos estudantes das ECI/ECIT decorre, principalmente, da extensa carga horária diária e da intensidade de conteúdos e atividades concentradas em um mesmo turno, o que reduz o tempo disponível para estudos autônomos fora do ambiente escolar. Muitos discentes afirmaram enfrentar dificuldades em manter uma rotina de preparação para o ENEM e outras avaliações externas, em razão do caráter exaustivo que a modalidade integral pode assumir no cotidiano escolar.

A seguir, destacam-se trechos das falas de dois entrevistados que ilustram essa percepção:

“O desenvolvimento é bom, percebo que às vezes falha no aprendizado, não ter tempo de estudo tendo uma grande sobrecarga.” (ALUNA A, 2024)

“É uma modalidade muito maçante, e ela não auxilia, ela mais atrapalha do que auxilia, porque a gente não tem tempo de absorver a informação, e nem de estudar em casa basicamente, mas, em alguns pontos é até que mais favorável.” (ALUNA S, 2024)

2) PROCESSOS DE APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Discutir a metodologia do ensino integral implica abordar também as disciplinas ofertadas semanalmente aos estudantes, como é o caso do componente Projeto de Vida, que, inicialmente, era destinado apenas aos alunos dessa modalidade e, posteriormente, foi implementado também nas Escolas Estaduais de Ensino Regular da Paraíba. Essa modalidade caracteriza-se, ainda, pela ampliação da carga horária nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, que, em geral, contam com quatro a cinco aulas semanais cada, número superior ao das demais áreas do conhecimento. Essa ampliação busca reforçar as aprendizagens consideradas basilares para o desenvolvimento das competências linguísticas e lógico-matemáticas dos estudantes, em consonância com os objetivos formativos da Educação Integral.

Os resultados evidenciam que os alunos relatam dificuldades em manter uma rotina de estudos voltada ao Exame Nacional do Ensino Médio, após o horário escolar. Embora a preparação para o exame esteja presente nas atividades da escola, muitos afirmam dedicar-se prioritariamente às demandas do curso técnico, o que reduz o tempo disponível para a realização de simulados e outras práticas preparatórias. Além disso, diversos estudantes mencionam que a carga horária do ensino regular oferece maior flexibilidade e disponibilidade de tempo para estudos extraclasse, o que, segundo eles, representa uma vantagem em comparação ao ensino integral:

“Em relação ao ensino regular eu diria que tem um tempo maior pra estudar as matérias de fora, mas nessa tem um certo equilíbrio, no geral.” (ALUNO E, 2024)

“Os professores são muito qualificados, porém a modalidade tem matado as aulas de humanas e ciências, só focando em português e matemática e cortando todas as demais matérias que constroem o nosso senso crítico.” (ALUNA M, 2024)

3) A ESTRUTURA FÍSICA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

No que tange à infraestrutura escolar, embora a escola seja considerada relativamente nova e disponha de uma estrutura física boa, apresenta diversas fragilidades que comprometem o funcionamento pleno das atividades pedagógicas. Entre os principais problemas relatados estão o estado de deterioração de algumas áreas, a falta de manutenção adequada, e a presença de danos estruturais, como o desabamento parcial do teto durante dias chuvosos na região. Tais condições têm impacto direto no conforto e principalmente na

segurança dos estudantes, gerando situações de desconforto e até episódios de mal-estar durante as aulas, devido à superlotação das salas.

Apesar disso, reconhece-se que a escola, em termos comparativos, ainda apresenta uma infraestrutura superior à de outras instituições públicas, o que reforça a necessidade de ações de preservação e manutenção contínua por parte do poder público em outras muitas instituições para assegurar um ambiente escolar adequado e seguro à todos os estudantes. Tais observações evidenciam uma contradição recorrente nas escolas públicas de tempo integral: mesmo com propostas pedagógicas inovadoras, muitas vezes a infraestrutura física não acompanha o avanço metodológico, o que pode comprometer a qualidade do processo de ensino-aprendizagem e o bem-estar dos estudantes:

“Tá caindo aos pedaços (risos), assim, ultimamente tá meio precário, mas assim, é aceitável, é melhor do que muitas outras.” (ALUNA G, 2024)

“A escola ela tem uma estrutura física até que boa por ser uma escola nova, mas ainda tem muito a desejar, o nosso teto caiu, tem alguns banheiros que não funcionam, tem literalmente um rombo no teto lá fora, a gente não tem salas o suficiente, os 3º anos estão num laboratório de informática e eles estavam lá atrás no calor, tinha gente passando mal, a estrutura, apesar de ser uma escola nova e boa, ela deixa muito a desejar, mas a gente tem tipo, tem uma escola boa, querendo ou não, só precisa de manutenção, e que o estado não negligencie as escolas.” (ALUNA S, 2024)

4) EVENTOS E PREMIAÇÕES DE DISCENTES E DOCENTES

A Escola Cidadã Integral na Paraíba conta com o projeto Geração Protagonista, um programa de formação, articulação, mobilização e promoção estudantil voltado aos alunos da rede estadual de ensino, estabelecido conforme a Lei nº 13.531, de 19 de dezembro de 2024. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se o acolhimento dos estudantes ingressantes, a eleição de líderes e representantes para o conselho estudantil, a criação de clubes de protagonismo, as mobilizações regionais e estaduais, além do incentivo à participação no Grêmio Estudantil e no projeto “Se Liga, Prota”, que busca ampliar o alcance de matrículas na rede pública.

Essas iniciativas contribuem significativamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, estimulando a autonomia, a liderança juvenil e o exercício da cidadania democrática, quando trabalhadas e são objeto de incentivo para os estudantes. Por outro lado, os projetos complementares, tais como a OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas) e a ONHB (Olimpíada Nacional em História do Brasil), são percebidos por um dos entrevistados como oportunidades de enriquecimento acadêmico e de valorização curricular, demonstrando o papel fundamental que tais iniciativas exercem no fortalecimento

do protagonismo estudantil e na ampliação das perspectivas educacionais dentro do contexto da escola integral:

“Existem diversos projetos bons na escola que fazem os alunos se interessarem e colocar projeto de vida e protagonismo em prática, mas a falta de incentivo e a falta de divulgação faz com que não tenha muito movimento entre a escola.” (ALUNA L, 2024)

“Eu gosto, pois tem vários projetos à parte, como a OBEMEP, a ONHB, tem vários projetos que dão uma alavancada no currículo da pessoa.” (ALUNO E, 2024)

5) PERSPECTIVA DOCENTE ACERCA DO ENSINO INTEGRAL

A perspectiva docente evidencia também, aspectos positivos e negativos no modelo de ensino integral, destacando que o aumento do tempo destinado à aprendizagem, especialmente em disciplinas técnicas, possibilita um aprofundamento mais significativo nos conteúdos. Ademais, observa-se que a modalidade favorece o desenvolvimento das interações sociais, promovendo laços de amizade e relações colaborativas entre os estudantes. No que tange aos desafios, verifica-se que algumas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recebem menor atenção quando comparadas a carga horária geral dos estudantes, e que a intensidade da rotina diária pode ocasionar cansaço e sensação de monotonia entre os alunos.

Em relação aos projetos e premiações implementados pela escola, ressalta-se a importância do reconhecimento das conquistas, sendo que eventos e olimpíadas do conhecimento reforçam a valorização do esforço estudantil e celebram os resultados alcançados. Tais iniciativas são amplamente apreciadas na instituição, contribuindo para a motivação e o engajamento dos estudantes nas atividades propostas.

Pontos positivos: Maior tempo para aprendizagem (Ex.: Curso técnico), desenvolvimento de interações sociais. Pontos negativos: Apenas uma aula p/ BNCC, cansaço, monotonia. (PROFESSORA B, 2024)

“O reconhecimento é fundamental seja através de eventos ou premiações, reverbera na valorização do trabalho, e do esforço, celebra as nossas conquistas. Aqui na escola valorizamos muito, principalmente através das Olimpíadas do conhecimento.” (PROFESSORA B, 2024)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender, de maneira crítica e aprofundada, a implementação do modelo das Escolas Cidadãs Integrais (ECI/ECIT) na cidade de Campina Grande, na Paraíba, destacando tanto seus avanços quanto os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Entre os aspectos positivos identificados, destacam-se o fortalecimento do vínculo entre estudantes e escola, o acesso ampliado a atividades extracurriculares, a valorização do protagonismo juvenil e o estímulo à participação em projetos como Geração Protagonista, OBMEP e ONHB. Esses elementos contribuem para a formação integral dos alunos, promovendo experiências de cidadania, cooperação e desenvolvimento pessoal, reforçando a concepção de educação que ultrapassa a instrução formal e considera o estudante como sujeito ativo de sua própria aprendizagem.

Por outro lado, os resultados evidenciam desafios significativos que podem comprometer a efetividade do modelo. Destacam-se a sobrecarga de atividades e a intensidade da carga horária diária, a insuficiência de tempo para estudos extraclasse, limitações na infraestrutura física da escola e a necessidade de consolidação de práticas pedagógicas mais integradoras e consistentes. Questões que reforçam a ideia de que a expansão rápida do ensino integral exige não apenas o aumento da jornada escolar, mas também investimentos estruturais, apoio à formação docente e estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos discentes.

Dessa forma, este estudo evidencia que a educação integral na Paraíba constitui uma experiência inovadora e promissora, capaz de ampliar o protagonismo estudantil e de proporcionar uma formação mais ampla e cidadã. Ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de políticas públicas contínuas e articuladas, que garantam condições adequadas de infraestrutura, organização curricular equilibrada e práticas pedagógicas de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. *Ofício de mestre: imagens e autoimagens*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 30 out. 2025.

CASTRO, Marta; LOPES, Alice. Educação integral: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 46, p. 45–58, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 42. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Educação integral no Brasil: inovações em processo*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação, da Ciência e Tecnologia. *Guia das Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba*. João Pessoa: SEECT-PB, 2019.

RODRIGUES, José; CHAGAS, Thaís; CALABRIA, Ana. *Ensino integral e desafios da prática pedagógica no contexto público*. Revista Educação em Foco, v. 28, n. 3, p. 108–123, 2023.